

APRESENTAÇÃO

A Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público nasceu como uma publicação geral de Direito tendente a impulsionar a discussão de ideias para além dos limites de nossa Instituição. O esforço de dezenas de autores e integrantes do conselho editorial vem permitindo alcançar esse objetivo; e o que era uma aposta se converteu, ano após ano, em extraordinária realidade. A Revista se expandiu ainda mais a partir de sua publicação em rede, porque permite compartilhar com os leitores experiências que não cabem no suporte de papel. O desafio, agora, é manter o espírito jovem da Revista, sem perder o reconhecimento de qualidade que a mantenha entre as melhores publicações do gênero. O leitor encontrará nesta edição uma interessante mescla de autores consagrados, jovens doutores e estudantes de pós-graduação, que abordam temas tão densos quanto atuais: mudanças climáticas e direitos humanos; a sistematização como problema central da ciência do direito; a integridade na proteção da probidade administrativa; o sujeito passivo do feminicídio; e a constitucionalidade do artigo 385 do Código de Processo Penal. Agradecemos aos autores pela disposição de compartilhar com os leitores sua experiência. E esperamos, uma vez mais, que a Revista possa contribuir para expandir e melhorar a conversação científica.

Antonio Carlos da Ponte, Diretor do CEAF/ESMP

LINHA EDITORIAL

A *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo* está aberta às mais variadas abordagens teóricas e metodológicas, priorizando textos interdisciplinares e análises críticas. Os artigos científicos devem tratar, de forma crítica, assuntos que de preferência abordem o papel do Ministério Público no Estado Democrático de Direito, porém a Revista espera a participação de toda a comunidade acadêmica, não se restringindo linha a ser um veículo de comunicação apenas do Ministério Público.

No sentido de fomentar o aprofundamento das pesquisas nas linhas e teses do Ministério Público a Revista está dividida em quatro seções temáticas:

- I. Ministério Público: dirigida ao debate de temas institucionais, visa principalmente a pesquisar e refletir sobre o papel do Ministério Público no Estado Democrático de Direito.
- II. Ciências Criminais: tema que prevalece na atuação do Ministério Público, nesta linha pretende-se abordá-lo a partir do pluralismo de teorias que reflitam sobre o Direito e o Processo Penal, a Dogmática Penal e a Política Criminal.
- III. Tutelas Coletivas e Difusas: tema relevante na sociedade brasileira atual, merece espaço específico na Revista para o aprofundamento das questões relativas aos interesses transindividuais, difusos e coletivos.
- IV. Temas Interdisciplinares: não se esgotando nos temas penais, a Revista também possui essa seção que será dedicada a vários temas jurídicos, abordados inter e multidisciplinarmente, trazendo o enfoque da sociologia, teoria geral, história e ciências afins para o jurídico, bem como o das outras ciências jurídicas para o penal.

O aceite dos artigos restringir-se-á a aqueles oriundos de Mestres e Doutores, sendo que a contribuição de mestrandos e doutorandos será muito bem-vinda desde que com a coautoria do seu orientador. Também se exige o ineditismo do artigo e o cumprimento das regras da ABNT adotadas pela Revista, sendo que as mesmas encontram-se especificadas nas Diretrizes para os Autores.